

revista

RET-SUS

Rede de Escolas Técnicas do SUS

Ano V - Nº. 44 - maio 2011



Impresso Especial

9912213586/2008-DR/RJ

Fiocruz

CORREIOS

Seminário Nacional do Profaps:
educação profissional em saúde
no centro do debate

sumário

- 02 ■ **em rede**
- Pacto pela redução de acidentes de trânsito traz à tona importância da qualificação em urgência e emergência
 - Paraíba quer mais integração entre ensino e serviço e CEFOR tem destaque na regulação dos campos de estágio
- 06 ■ **escola em foco**
- Escola Técnica da Unimontes completa 18 anos investindo em ensino, pesquisa e extensão
- 08 ■ **aluno em foco**
- ETSUS Acre aposta em estratégias que ultrapassam as paredes da sala de aula
- 10 ■ **capa**
- Seminário Nacional do Profaps debate interseção entre trabalho, educação e saúde para fortalecer a RET-SUS
- 22 ■ **entrevista**
- Eliezer Pacheco, da Setec, fala sobre o Pronatec e papel da educação profissional nos últimos anos
- 25 ■ **aconteceu**
- Informações sobre formaturas, cursos, parcerias e outras 'novas' das ETSUS

editorial

Na última semana de abril, mais de duas centenas de pessoas se reuniram em Brasília para discutir os rumos da educação profissional de nível médio em saúde e, mais especificamente, o fortalecimento da Rede de Escolas Técnicas do SUS. Durante os três dias do Seminário Nacional do Profaps, conferências e mesas-redondas se debruçaram sobre aspectos fundamentais para uma melhor compreensão do papel que as ETSUS desempenham no Sistema Único de Saúde, compartilhando vivências e pontos de vista que apontam para a importância da integração entre a saúde, a educação e o trabalho. Você encontra a cobertura completa do evento na matéria de capa dessa edição.

O enfretamento do problema da violência no trânsito e a importância da formação e qualificação adequada para os profissionais que atuam nos serviços de urgência e emergência, como UPAs e Samu, é o assunto de uma das matérias da seção 'Em Rede'. Do Tocantins ao Rio Grande do Sul, você vai conhecer as ações de várias ETSUS para preparar esses trabalhadores.

A segunda matéria da seção fala sobre mudanças que estão sendo implementadas pela Paraíba no âmbito da formação e da educação permanente, abordando especialmente o papel fortalecido do Centro Formador de Recursos Humanos (CEFOR) nesse novo contexto.

Nosso entrevistado do mês é o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, que além de falar dos avanços alcançados pela educação profissional de nível médio nos últimos anos, contextualizou o que se aponta como futuro, com a premente instituição do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – ressaltando a importância da área da saúde e da RET-SUS.

A 'Escola em Foco' dessa edição acaba de completar a maioria. Você vai conhecer melhor a história da Escola Técnica de Saúde do Centro de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Estadual de Montes Claros, que investe no tripé ensino-pesquisa-extensão para qualificar o SUS.

Na seção 'Aluno em Foco', ficamos sabendo mais sobre uma experiência recente da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha que, no Acre, tem investido na realização de atividades que permitam aos alunos uma abordagem criativa do Sistema Único de Saúde. Boa leitura!

Clarice Aparecida Ferraz

Coordenadora Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do DEGES/SGTES/MS e da RET-SUS

expediente

Ano V - nº 44 - maio de 2011
Revista RET-SUS
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil
ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)
Clarice Aparecida Ferraz (DEGES/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O' Dwyer** (CONASS);
Márcia Cristina Marques Pinheiro (CONASEMS); **Cláudia Maria da Silva Marques** (OPAS/
Representação Brasil); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria Ivanilla Tavares**
Timbó (ETSUS Região Nordeste); **Fernanda Melo de Araujo de Moura** (ETSUS Região Centro-
Oeste); **Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de**
Souza Lange (ETSUS Região Sul).

Tiragem 10.000 exemplares . **Impressão:** Walprint Gráfica e Editora

Endereço
Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Manguinhos . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria

Maíra Mathias
Reportagem e redação
Joana Algebaile e Maíra Mathias
Projeto Gráfico e Diagramação
Mário Carestiatto
Capa
Mário Carestiatto
Assistente de Gestão
Fernanda Martins
Periodicidade
Mensal / Bimestral



ETSUS atuam na qualificação dos profissionais que atuam nos serviços de urgência e emergência, reconhecidos como essenciais para redução de índices de mortalidade

Epidemia mundial provoca pacto pela redução de acidentes de trânsito

em rede

Joana Algebaile

Com uma frota superior a 66 milhões de veículos, 145.920 internações de vítimas no Sistema Único de Saúde em 2010 e a quinta posição no ranking mundial de acidentes de trânsito, o Brasil assumiu o compromisso junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) de reduzir pela metade o número de ocorrências. Assim, os ministérios da Saúde e das Cidades aderiram em 11 de maio ao Plano de Ação da Década de Segurança no Trânsito 2011-2020 da OMS, instituindo o Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Pacto pela Vida, cujas ações estão sendo elaboradas e serão apresentadas em setembro. Com foco na prevenção, o pacto deverá contribuir para a aprovação de leis que estabeleçam metas de redução de acidentes de trânsito para estados e municípios e o endurecimento das penas para infratores no trânsito.

O custo das internações no sistema público resultantes de acidentes no ano passado foi de aproximadamente R\$ 187 milhões. Os índices mais altos estão entre os motociclistas: 36,4 vítimas por 100 mil, fazendo com que os gastos com a internação por acidentes de moto dobrassem entre 2007 e 2010. “Falar de pacto, é falar de saúde. Podemos dizer que temos uma epidemia mundial de acidentes. No Brasil, as motos são protagonistas nessa situação. Até nas zonas rurais, em que carroças e cavalos têm sido substituídos por motos, os números de acidentes são altos”, explica o coordenador-geral de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde, Paulo de Tarso Abrahão.



Rubem Silva/Ascom/MS

Ministro Alexandre Padilha (Saúde) e Mario Negromonte (Cidades) lançam pacto pela redução de acidentes de trânsito

Para ele, o aumento dos indicadores de morbidade gera grande impacto no SUS. “Por isso o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência [Samu] e os serviços fixos, como as Unidades de Pronto Atendimento [UPAs] vão entrar na elaboração do Pacto”, disse o coordenador. Atualmente, o Samu está em cerca de 65% do território nacional. A meta é que a cobertura seja de 100% até 2014. Este também é o prazo para a implantação de 500 UPAs com recursos federais em todo o Brasil. Atualmente há 111 unidades em funcionamento.

O componente móvel tem um impacto grande no atendimento de urgências. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, declarou recentemente que a melhora na qualidade do atendimento realizado pelo Samu, que passou a contar com profissionais mais capacitados, evitou o aumento da mortalidade por acidentes. “O Samu coloca a saúde no local em que o agravo acontece o que gera um impulso na qualidade do atendimento”, explica, por sua vez, o coordenador-geral.

Nesse sentido, a qualificação dos profissionais é importante: “Quando se fala em saúde, não adianta falar só de equipamentos, mas de pessoas e, principalmente, pessoas qualificadas. As equipes do Samu são formadas por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, radio-operadores, condutores e outros profissionais que têm que ter capacitação específica”, completa.

Abrahão ressalta que a Rede de Atenção às Urgências, que deverá ser implantada em breve, terá como objetivo aprimorar a rede de urgência e emergência com expansão de UPAs, Samu, pronto-socorros e centrais de regulação, articulando essas estruturas com as outras redes de atenção. “A rede vai integrar todos os serviços, do primeiro atendimento ao leito do hospital. Acredito que isso resultará em mais um salto de qualidade”.

A experiência das ETSUS

Na Escola de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul, há cursos específicos para os profissionais do Samu do estado. Somente este ano foram oferecidas sete turmas para 560 profissionais. Em 2010, 700 trabalhadores foram qualificados. Com carga horária de 20 horas, o curso atualiza os alunos a respeito das diretrizes da Política Nacional de Urgência e Emergência, detalhando como funciona o Samu no estado e abordando temas como ABCDE e cinemática do trauma, vias aéreas, parto de urgência, emergências clínicas da criança, diabetes, surto psicótico, crise convulsiva, segurança da cena e equipamentos e materiais de uso do Samu.

Cerca de 1.300 enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem foram qualificados em urgência e emergência pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG). A meta inicial do Projeto de Valorização da Enfermagem da secretaria municipal de saúde de Belo Horizonte, elaborado a partir de um estudo para identificar as necessidades de formação dos profissionais de saúde da capital mineira, era qualificar 1.153 trabalhadores. “É importante que eles tenham essa noção de urgência e emergência, assim como a questão da rede de atenção, para que saibam para onde encaminhar os pacientes da melhor maneira”, conta uma das coordenadoras do curso, Raquel Cardoso Rocha.

Para os auxiliares e técnicos, o curso tem carga horária de 30 horas e aborda temas como a política de urgência nacional nos três âmbitos de governo, o funcionamento da rede no município, trauma, intervenções, entre outros. “Discutimos com os alunos casos clínicos, para que eles saibam como agir em diversas situações e dêem o tratamento mais adequado”, diz Raquel.

Entre 2005 e 2007, a escola ofereceu um curso específico para as equipes do Samu. Assim, 1.125 profissionais foram qualificados, abrangendo o serviço de 16 municípios do estado. “O conteúdo era mais específico para o atendimento no local do agravo. Foram trabalhados conteúdos inerentes a cada profissão inserida no grupo”, relata a coordenadora.

O Centro Formador de Pessoal para a Saúde Franco da Rocha se prepara para iniciar o curso pós-técnico em Urgência e Emergência para os técnicos em enfermagem que atuam no Hospital Estadual do Sumaré. “Um estudo realizado pela secretaria estadual de saúde de São Paulo apontou a necessidade dessa formação pós-técnica em quatro especialidades: urgência e emergência, terapia renal substitutiva, oncologia e neonatal. Estamos iniciando nesta unidade e, posteriormente, outros hospitais serão atendidos”, afirma a coordenadora pedagógica, Sandra Bueno. O curso terá 360 horas de duração e abordará questões do atendimento de urgência e emergência relacionadas ao atendimento pré e intra-hospitalar. Serão duas turmas de 20 alunos cada.

No Tocantins, a Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes inicia no segundo semestre o curso de atualização em urgência e emergência para técnicos em enfermagem que atuam em hospitais de referência, UPAs e unidades que aderiram à Política de Hospitais de Pequeno Porte das 15 regiões de saúde do estado. A meta é qualificar 450 profissionais. “O curso é ansiado pelos profissionais por conta do Plano de Cargos e Salários do estado. Além do tempo de carreira, as horas dedicadas à qualificação e especialização também contam para a ascensão”, explica a técnica da ETSUS, Inês Gonçalves. ■

Evento promovido pelo CEFOR apresenta estratégias para regular campos de estágio e fortalecer formação e educação permanente

Integração ensino-serviço na Paraíba

em rede

Maira Mathias

Partindo do diagnóstico de que é preciso reposicionar o papel dos processos formativos dos trabalhadores do SUS no âmbito da gestão estadual, a Paraíba estuda implantar mudanças amplas. O primeiro passo para isso foi dado no dia 11 de maio, com a realização da '1 Oficina da Rede Escola Paraíba', promovida pelo Centro Formador de Recursos Humanos (CEFOR). No evento, que contou com a participação de gestores, representantes de instituições formadoras e profissionais dos serviços, novos rumos da integração entre instituições de ensino e serviços de saúde foram discutidos.

"A Rede Escola é uma estratégia de articulação, troca de experiências, debates coletivos e construção de conhecimentos para fortalecer a formação do pessoal de nível médio e universitário que atua na área da saúde", afirma a diretora do CEFOR, Márcia Rique. Ela explica ainda que farão parte da rede todas as instituições de ensino superior e de ensino técnico, sejam públicas ou privadas, além dos serviços da rede estadual.

O primeiro objetivo da Rede Escola é organizar a oferta de campos de estágio. "Embora o conjunto dos serviços esteja aberto a todas as instituições de ensino para a realização de processos de formação, daremos prioridade às instituições públicas de ensino. Entretanto, tanto as instituições públicas quanto as particulares deverão discutir possíveis contrapartidas para que possamos qualificar os serviços e viabilizar seu adequado funcionamento como campos de práticas", observou o secretário estadual de saúde, Waldson Dias de Souza, durante a abertura do evento.



Márcia Rique, Clarice Ferraz, Waldson Souza e Roseana Meira, secretária de saúde de João Pessoa, durante a abertura do evento



De acordo com ele, as contrapartidas não se limitam a repasses financeiros, mas incluem, por exemplo, formas que incentivem e valorizem os profissionais do serviço que mantêm compromisso com atividades acadêmicas. Uma ideia é que esses trabalhadores tenham acesso a cursos de aprimoramento. Uma outra preocupação é que a oferta de estágios seja adequada à realidade dos serviços e que haja compatibilidade entre os estágios e o modelo de funcionamento da rede. "Deve haver pactuação das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas nos serviços junto aos trabalhadores, gestores e controle social".

Para tanto, um dos primeiros resultados da instituição da Rede Escola será a retomada das discussões em torno da Política estadual de Educação Permanente em Saúde. "Em nosso estado, ainda não temos as CIES [Comissões de Integração Ensino-Serviço] constituídas e operando a contento. Tentaremos dar fôlego a estas instâncias, incumbindo-as, entre outras pautas, da participação na gestão compartilhada entre as diversas instituições que integrarão a Rede Escola", anuncia Márcia, que explica que o estado terá quatro CIES macrorregionais e uma estadual.

Ainda de acordo com a diretora do CEFOR, as mudanças apontam para um fortalecimento da ETSUS. "Hoje o CEFOR está rompendo barreiras. Além de ser uma instituição formadora de trabalhadores técnicos de nível médio, a escola também está participando ativamente

da formulação da política do estado e tem assento tanto no Colegiado Gestor Regional quanto na CIB [Comissão Intergestores Bipartite]".

"Estamos tentando agregar em torno do CEFOR um conjunto de ações anteriormente desenvolvidas de forma isolada. É muito importante que o estado já conte com uma instituição que atua diretamente na formação técnica de nível médio de trabalhadores para a saúde, mas, ao mesmo tempo, estamos propondo ampliar suas ações", anunciou Waldson Souza.

A ideia é que, a médio prazo, o CEFOR se transforme em uma Escola de Saúde Pública. Já a curto prazo, a diretora explica que a escola está repensando aspectos pedagógicos. "As revisões deverão orientar os projetos pedagógicos das novas turmas que serão abertas pelo CEFOR e estão sendo realizadas em parceria com diversos setores da própria secretaria estadual de saúde, da secretaria estadual de educação e de diversas instituições de ensino".

Segundo Márcia, uma iniciativa que vai ajudar a re-desenhar o papel da escola é o dimensionamento da demanda de formação e educação permanente no estado. A partir de 8 de junho, a equipe do CEFOR deve correr durante 60 dias as gerências estaduais de saúde com o objetivo de levantar qual é o nível de qualificação dos trabalhadores, quais são as formas de contratação e se a qualificação corresponde à regulação do trabalho prevista pelo cargo que o profissional desempenha. ■

Ao completar 18 anos escola investe na expansão das atividades e continua a valorizar o tripé ensino-pesquisa-extensão

ETSUS Unimontes chega à maioria

escola em foco

Joana Algebaile

A Escola Técnica de Saúde do Centro de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Estadual de Montes Claros (ETS/CEPT/Unimontes) chega à maioria tendo formado e qualificado 9852 profissionais do SUS. Ao completar 18 anos, a ETSUS está preparando um planejamento plurianual que se estende até o ano de 2015 em que pretende ampliar a atuação para a área tecnológica e a pós-graduação. Outro plano importante é o oferecimento de cursos pós-técnicos, cujos projetos estão sendo preparados para apreciação do Ministério da Saúde.

"A escola, assim como a universidade, tem uma importância fundamental no desenvolvimento da região dos vales do Jequitinhonha, Mucuri, Uruçua e Médio São Francisco, ao norte do estado de Minas Gerais. É uma área extensa, nem tão privilegiada quanto o Centro-Sul em termos de infraestrutura e logística. Mas temos papel essencial no fortalecimento do SUS e na qualidade do atendimento prestado aos cidadãos", afirma o diretor Juventino Abreu Júnior.

Para atender aos cerca de 160 municípios que integram essas regiões, aumentando a oferta de vagas, a ETSUS precisa de mais espaço. O prédio, que hoje tem dois mil metros quadrados, passará a ter 3,5 mil. Com o crescimento, além de novas salas a escola passará a contar com laboratórios de saúde bucal, imagenologia, análises clínicas, vigilância em saúde, microscopia e enfermagem. Os alunos terão à disposição biblioteca com sala de leitura e auditório com capacidade de 120 pessoas. O projeto contempla ainda uma nova secretaria escolar e aquisição de equipamentos que vão modernizar as áreas administrativa e tecnológica.

A expansão das instalações se mostra ainda mais importante porque a escola se organiza para iniciar os cursos do Profaps no segundo semestre. Juventino conta que, pelo Profaps, em um primeiro momento a escola pretende formar 70 técnicos em citopatologia e qualificar 880 agentes comunitários de saúde, abrangendo 15 municípios.

Fortalecendo a articulação regional, em abril deste ano, a ETSUS passou a integrar a Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) estadual. "É muito importante para a escola consolidar essa inserção, a fim de dar mais visibilidade às políticas de educação em saúde", considera o diretor. Antes disso, a escola já participava da CIES da macrorregião de Montes Claros, uma das 13 existentes no estado. Juventino acrescenta que a escola está articulando a participação no Conselho de Gestão Regional (CGR) de Montes Claros. "A escola tem que participar das discussões e ser considerada nas decisões do CGR. A integração com os gestores é um desafio e é importante termos esse contato mais estreito".

A fundação da escola está ligada à Unimontes, mais precisamente ao Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) da universidade. O CEPT tem o compromisso de formar e profissionalizar pessoas envolvidas com a gestão e a prestação de serviços públicos. Em maio de 1993, o centro recebeu parecer favorável do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG) para instalar a ETSUS, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria 707/93 da Secretaria Estadual de Educação. Para comemorar a data, a ETSUS está organizando uma solenidade em julho com homenagem aos antigos diretores, palestras e exposição de fotos.

A ETSUS tem um corpo docente fixo que conta com 13 professores. "A partir da demanda, se precisamos de mais professores, isso é viabilizado pela contratação temporária feita por intermédio da universidade ou de fundações de apoio", explica o diretor. A coordenadora do curso Técnico em Enfermagem, Janete Souza, está na escola desde a fundação. "Desde 1991, quando concluí o curso de Enfermagem, atuo em hospitais da região e percebi claramente a mudança na qualidade do serviço, principalmente após o Profae", conta.

Formação e pesquisa

A escola participou do Profae executando, entre 2001 e 2005, as formações em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas (Fadenor), vinculada à Unimontes. Foram oferecidas 21 turmas de Auxiliar de Enfermagem que qualificaram 812 profissionais das regiões norte e central de Minas. A escola formou 790 técnicos em enfermagem a partir da complementação da formação de auxiliar.

A escola foi responsável pela qualificação de 24% dos agentes comunitários de saúde do estado. Foram 128 turmas que qualificaram 3.626 agentes de 146 municípios. "O curso despertou nos profissionais da área da saúde da região a importância de se avaliar a qualidade da assistência prestada nos serviços de saúde pública. Proporcionou-nos um pensar mais crítico em relação ao cuidar, com foco em quem está sendo atendido e como esse cuidado é prestado", afirma Janete.

Para Cecília Lopes, que concluiu o curso Técnico em Saúde Bucal em maio, a formação possibilitou uma nova perspectiva do SUS. "Trabalhava há 16 anos como auxiliar e só com o curso tive contato com o atendimento da

rede primária de atenção. Hoje me sinto mais preparada para atuar nas diversas áreas da odontologia", conta, lembrando que teve o apoio da prefeitura de Montes Claros, que incentivou os servidores a participarem da formação. "O conhecimento técnico-científico adquirido nas aulas foi muito importante. No final, me tornei mais cidadã", avalia. Como trabalho de conclusão de curso, a turma de Cecília apresentou um projeto interdisciplinar de implantação da Estratégia de Saúde da Família no município, com foco na equipe de saúde bucal.

A escola também valoriza a pesquisa. Criado em 2005, o Observatório Estação de Pesquisa da ETSUS Unimontes, membro da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ROREHS), realiza estudos sobre recursos humanos na área de saúde, abrangendo questões sobre gestão, educação e políticas públicas. "A intenção do observatório era trazer o tripé ensino-pesquisa-extensão, já utilizado no nível superior, para a formação técnica, a fim de colaborar com questões referentes à formação, gestão e políticas públicas voltadas para trabalhadores da saúde e contribuir para o fortalecimento do SUS", explicou a pesquisadora Maria Patrícia Silva, para quem, a partir das atividades de pesquisa desenvolvidas, a escola tem como avaliar melhor a necessidade de oferecer novos cursos, além de investigar seu impacto na qualidade dos serviços. "O apoio à pesquisa é um ponto de nutrição da estratégia de formação desenvolvida na escola. Os estudos aprimoram o trabalho e oferecem subsídios para a formação em saúde e para a gestão do trabalho" completa Juventino.

Até agora, o observatório desenvolveu oito estudos. Estão em andamento duas pesquisas que vão investigar o impacto de cursos técnicos em Gerência em Saúde e Saúde Bucal nos serviços e uma que pretende avaliar a relação entre o egresso do Hospital Universitário Clemente de Faria da Universidade Estadual de Montes Claros e o mercado de trabalho. ■

Arquivo RET-SUS



ETSUS Acre
incentiva o
trabalho em grupo
e a pesquisa
para que alunos
re-elaborem
conteúdos dos
cursos

aluno em foco

Maira Mathias

Para além da sala de aula

A Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre) tem investido na realização de atividades que permitam aos alunos uma abordagem criativa do Sistema Único de Saúde. Desde o começo do ano até o mês de maio já foram realizadas sete atividades com foco na educação em saúde que demandaram dos estudantes uma verdadeira re-elaboração do que foi ensinado em sala de aula para que, com a ajuda da pesquisa e do trabalho em equipe, os conteúdos pudessem ser passados adiante para toda a escola.



A futura técnica em análises clínicas, Maria Silva, também participou do grupo sobre sustentabilidade

Usando como ponto de partida a cartilha 'O SUS pode ser o seu melhor plano de saúde', elaborada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e editada pelo Ministério da Saúde, os 24 alunos do curso Técnico em Vigilância em Saúde movimentaram uma corrente em defesa do Sistema

Único. O material, que tem como objetivo esclarecer a população sobre seus direitos, abordando marcos conceituais como universalidade, integralidade e controle social para comparar diferenças entre o SUS e os planos de saúde privados, foi estudado pela turma junto com o Pacto em Defesa do SUS.

A atividade aconteceu ao fim da realização do eixo formativo empreendedorismo, que junto com eixos como história e marcos do SUS; educação em saúde; direito; ética e bioética; sustentabilidade; e saúde coletiva formam o módulo básico que integra o currículo de todos os cursos técnicos oferecidos pela ETSUS. "O empreendedorismo é um tema transversal no currículo. E quando falamos em empreendedorismo, não nos referimos à visão da área empresarial, mas, sim, da dimensão de um sujeito que é ativo dentro do SUS, sabe planejar e articular suas ações; sabe argumentar e motivar", afirma Arthur de Andrade Fontenelle, coordenador do curso há três anos.

Arthur explica ainda que propôs à turma que fossem formados grupos, que ficariam responsáveis por argumentar a favor do Sistema Único partindo de diferentes abordagens. "Alguns trabalhos contextualizavam os problemas do SUS, outros partiam do pressuposto de que se trata de um Sistema em construção e que, para melhorá-lo, é preciso utilizar os mecanismos do controle e da participação social e ainda outros comparavam as diferenças entre o que o SUS e os planos oferecem".

"Com essa atividade nós mostramos para outras pessoas como exigir seus direitos em relação ao atendimento prestado pelo SUS, pois muitos desconhecem isso. Acreditamos que poderemos ajudar muita gente, porque hoje estamos preparados para informar corretamente o cidadão sobre o SUS e vamos poder mostrar que o Sistema Único é o melhor plano de saúde para todos", analisa o aluno Roberval Cavalcante de Souza.

A atividade – que envolveu pesquisa e confecção de painéis, panfletos e cartazes – aconteceu no dia 6 de abril no pátio da escola. A ideia é que turmas de outros cursos façam o mesmo quando passarem pelo eixo, que tem 20 horas dentro da carga horária total, de 1.600 horas. "Foi importante para esses educandos que já estão dentro do SUS, como trabalhadores e, no entanto, diziam não conhecer de fato o Sistema".

Já no dia 25 de abril, foi a vez dos 34 alunos do curso Técnico em Análises Clínicas colocarem em prática o que aprenderam em sala de aula com a '1ª Feira de Ações de Aconselhamento para as Práticas de Promoção da Saúde'.

"A ideia da feira surgiu quando estávamos trabalhando a Política Nacional de Promoção da Saúde. Como a turma é composta por alunos da comunidade e não por trabalhadores do SUS, achamos que eles iriam compreender melhor se fossem a campo entender a teoria", conta Janaína da Silva Campos, mediadora de aprendizagem do curso.



Roberval Cavalcante é um dos 24 alunos que participaram da atividade

Os alunos, também divididos em grupos, abordaram temas como alimentação saudável; prática corporal e atividade física; prevenção e controle do tabagismo; redução da mortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas; redução da mortalidade por acidentes de trânsito; e promoção do desenvolvimento sustentável.

A aluna Maria do Carmo Brandão participou do grupo que ficou responsável por apresentar o conceito de sustentabilidade. Após pesquisa em órgãos públicos que já implementam a coleta seletiva e a reciclagem – como o horto florestal de Rio Branco e a secretaria municipal de serviços urbanos – Maria do Carmo conta que pôde ver na prática como atitudes individuais impactam a comunidade. "Quando entrei para o curso não imaginava aprender esse tipo de coisa, por se tratar de um curso voltado para a parte laboratorial. Hoje, acho que em todos os cursos técnicos é importante falar sobre promoção e prevenção da saúde. Vimos que a sustentabilidade tem várias dimensões: cultural, econômica, política e social", diz, completando: "Apreendi como ser sustentável começando pela minha casa, evitando o desperdício de água e acho que dá para fazer o mesmo nos serviços de saúde". ■

Seminário Nacional do Profaps

capa

Maira Mathias
e Joana Algebaile

Educação profissional em saúde no centro do debate

Resultado direto da série de oficinas realizadas pelo Deges durante o ano passado, evento teve como foco a política de educação profissional em saúde



O Seminário Nacional do Profaps reuniu 250 pessoas ao longo de três dias

O SUS não vai avançar sem que haja valorização do trabalhador técnico de nível médio. Esse foi o recado que cerca de 250 pessoas deram em Brasília durante o Seminário Nacional do Profaps, realizado entre os dias 27 e 29 de abril pela Coordenação de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/SGTES/MS).

Os participantes – formadores, gestores, representantes de conselhos profissionais, associações de classe, sindicatos, mesas de negociação e conselhos estaduais de educação – discutiram os rumos da educação profissional em saúde, tendo como espinha dorsal dos debates o fortalecimento da Rede de Escolas Técnicas do SUS.

“A presença e participação efetiva de todos contribuiu para a construção de um panorama de possibilidades de articulação entre a saúde, a educação e o trabalho. A educação profissional precisa estar na linha de frente em ano de Conferência Nacional de Saúde, pois está diretamente ligada ao tema da 14ª,

que é a ampliação do acesso ao SUS com qualidade”, comentou, já durante o encerramento, a coordenadora de Ações Técnicas em Educação na Saúde, Clarice Aparecida Ferraz.

Para o secretário-executivo adjunto do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, que participou da abertura do seminário representando o ministro Alexandre Padilha, a formação técnica dos trabalhadores do SUS está intimamente ligada à sobrevivência do próprio Sistema em um contexto de forte disputa ideológica entre aqueles que defendem a saúde pública e os que a atacam. “O objetivo maior desta gestão é lutar pela qualidade de acesso aos usuários em todos os níveis do SUS. O segmento de técnicos profissionais é de fundamental importância para conseguirmos a adesão da população brasileira na

luta pela defesa do SUS, porque atua nos diferentes níveis – atenção básica, urgência e emergência, serviços especializados –, desde o acolhimento, passando pela realização das ações e pela prestação de informação aos usuários de questões relevantes sobre a sua saúde”.

Massuda acredita que, com o crescimento econômico, é crucial que as classes que ascendem façam a opção pelo SUS: “É a partir desse investimento que vamos trazer para o SUS um segmento populacional muito importante – a classe média – que precisa ver que o sistema é seguro do ponto de vista de ter a melhor assistência à saúde e seguro do ponto de vista de que o dinheiro público é bem investido. Esse desafio é fundamental para a sobrevivência do SUS enquanto organização que atenda ao conjunto da população”.

Profaps: uma breve retomada

O Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) foi mencionado pela primeira vez durante o Seminário Internacional de Educação Profissional em Saúde, em 2006. Na ocasião, o MS delineou a necessidade de ampliação dos investimentos em formação técnica para áreas como Vigilância em Saúde e Radiologia. No ano seguinte, o Programa apareceu com destaque durante o lançamento do ‘Mais Saúde – Direito de Todos’, sendo mencionado no documento como estratégico para a qualificação de 260 mil trabalhadores, meta de formação que permanece.

As diretrizes e estratégias para a implementação do Profaps foram definidas em 18 de dezembro de 2009, com a publicação da Portaria nº 3.189. Nela, ficou estabelecido que o programa abrangeria os cursos técnicos em Radiologia, Patologia Clínica, Citopatologia, Hemoterapia, Manutenção de Equipamentos, Saúde Bucal, Prótese Dentária, Vigilância em Saúde e Enfermagem. Aperfeiçoamentos na área de Saúde do Idoso para as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e para os enfermeiros de instituições de longa permanência, além da qualificação de agentes comunitários de saúde também estão no Profaps.

A priorização dessas áreas foi consensuada pelo grupo de Recursos Humanos da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), com base na identificação de pontos de estrangulamento das suas redes e a carência de trabalhadores qualificados.

Os mecanismos de financiamento foram estabelecidos no ano passado, pela Portaria nº 1.626, que destinou R\$ 60 milhões para o programa. Escolas Técnicas do SUS, Escolas de Saúde Pública e Centros Formadores vinculados às esferas estadual e municipal do Sistema Único têm prioridade na formulação e execução técnica e pedagógica dos cursos.

Para garantir a operacionalização do programa, a SGTES já promoveu duas séries de oficinas e realiza, entre maio e junho, a terceira. A primeira série ocorreu no primeiro semestre do ano passado para a construção de mapas de competências profissionais e marcos de orientações curriculares para os cursos de Citopatologia, Hemoterapia, Radiologia e Vigilância em Saúde. Durante o Seminário Nacional, os cadernos contendo as diretrizes e orientações para a formação dos técnicos em hemoterapia, radioterapia e vigilância em saúde foram oficialmente lançados. O caderno de citopatologia deve ser publicado em breve.

A segunda série de oficinas, realizadas no segundo semestre de 2010, se dedicou questões referentes à gestão e operacionalização das prioridades programáticas e estratégicas da política de educação dos trabalhadores técnicos do SUS no âmbito do Profaps. Trabalharam em conjunto escolas, gestores estaduais e municipais do SUS, representantes de Conselhos Estaduais de Educação.

*Saiba mais sobre o Profaps na RET-SUS 38.



Articulação com as políticas do SUS



Milton Arruda: "Pensar em rede implica em repensar o papel e a formação de todos os profissionais de saúde"

O secretário-adjunto lembrou que o investimento técnico e político da atual gestão do Ministério da Saúde será na implantação das redes prioritárias de atenção oncológica, em urgência e emergência, em saúde materno-infantil e em saúde mental (leia mais sobre as redes na RET-SUS 43). Coube ao secretário da SGTES, Milton de Arruda Martins, falar sobre a articulação entre as políticas do SUS e a formação profissional durante sua conferência, primeira do evento.

"Como pensar em um programa de prevenção ou de diagnóstico precoce do câncer do colo de útero se não houver o profissional para fazer o papanicolau? Pensar em rede implica em repensar o papel e a formação de todos os profissionais de saúde, que têm que ter a visão da atenção integral e não a visão de uma atenção estática, imaginando que após passar por uma linha de cuidado o cidadão vai para um outro nível de atenção ser atendido por pessoas diferentes que não conversam entre si", disse.

"A linha política da qualificação do SUS está nas redes de atenção. Quando estivermos pensando em um curso temos que nos perguntar se, de fato, estamos enxergando a ação do trabalhador que vamos formar na perspectiva da rede. Não é mais possível pensar no papel isolado do profissional de saúde", assegurou, por sua vez, Clarice Ferraz, completando: "Nos últimos 20 anos priorizamos a descentralização e a hierarquização do SUS. A ideia agora é trabalhar na lógica das regiões de saúde. Temos que incentivar a cogestão solidária e participativa".

A diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção à Saúde (DRA/SAS/MS), Maria do Carmo, na mesa-redonda sobre a qualificação do trabalho e do trabalhador do SUS, engrossou o coro: "Podemos ter milhões de reais, que as redes vão consumir em quatro anos, mas se não tivermos uma política vigorosa de investimentos nas pesso-

as isso não vai adiantar. Quando se pensa em primeiro contato, acolhimento, horizontalidade, longitudinalidade e vínculo com o usuário não se deixa de pensar em nenhum momento nos profissionais de nível médio", disse, completando: "Estamos precisando de profissionais que entendam seu papel como agentes políticos, agentes públicos".

Diante desse panorama, Arruda considera a pactuação entre as esferas e a articulação entre diferentes áreas como ferramentas indispensáveis para que o processo das redes avance. "As propostas para as redes são fruto de discussão e consenso entre gestores estaduais e municipais". O secretário ressaltou ainda a importância da interface com sindicatos e entidades de classe. "Uma das nossas prioridades é estabelecer permanentemente diálogo com as entidades de trabalhadores, porque sem eles não há Sistema Único de Saúde".

De acordo com o secretário, a articulação entre políticas nos campos da saúde, da educação e do trabalho é condição para que o SUS se consolide. "Temos compromisso em atuar de forma conjunta com os ministérios da Educação e do Trabalho. É impossível separar educação e trabalho. Quais são as atuais condições de trabalho? Como vamos fazer para desprecarizar todos os vínculos? Como vamos dar os passos no sentido de criar e aperfeiçoar carreiras profissionais que valorizem o processo de formação e educação permanente? Qual será o sistema de avaliação do desempenho e aquisição dessas competências?", questionou, explicando que o papel da SGTES é unir forças para que o SUS possa responder todas essas perguntas.

Articulação com a gestão

Para a coordenadora do Observatório dos Técnicos em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Mônica Vieira, para analisar o aspecto da qualificação do trabalho e do trabalhador do SUS é preciso considerar dimensões como a regulação profissional; a memória da educação profissional em saúde; o mapeamento da formação e inserção profissional; as trajetórias ocupacionais; o processo e relações de trabalho; e a formulação e implementação de políticas públicas de trabalho e educação na saúde. "Estou tratando da qualificação não como um adjetivo, mas como um conceito que vem da sociologia do trabalho. Não partimos, portanto, de uma abordagem das atribuições do cargo, do posto de trabalho, do trabalhador técnico. Vamos entendê-lo como qualificado ou não em função de uma série de disputas que ultrapassam a formação técnica, que é uma dimensão da qualificação do trabalhador do SUS", explicou. Para Mônica, as três dimensões fundamentais para pensar a qualificação do trabalho e do trabalhador do SUS são a dinâmica da formação e inserção profissional em saúde; a constituição do campo

de recursos humanos em saúde e as representações do trabalhador sobre seu trabalho.

Se a qualificação do trabalhador guarda estreita relação com as diretrizes, prioridades e propósitos das políticas de saúde é necessário pensá-la nos planos de gestão, organização, regulação, operacionalização e avaliação da prestação de serviços. Essa foi a posição defendida pela professora aposentada da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e consultora do Deges, Maria Auxiliadora Christóforo, durante a conferência que proferiu no seminário. "Para a integração ocorrer há a necessidade de pactos internos e externos envolvendo múltiplos atores. Nesse sentido, aqueles que trabalham, aqueles que fazem a gestão do trabalho e aqueles que formam os trabalhadores são, pelo menos, os três grandes pilares para a definição das políticas, contracenando nos processos de decisão, de execução, de controle e de avaliação", afirmou.

O mesmo ponto foi reforçado pela consultora técnica do Deges, Mônica Durães, que na mesa 'Escola Técnica do SUS: especificidades e desafios' sublinhou a importância da atuação nas esferas de pactuação da gestão para pautar a importância da formação e da qualificação dos trabalhadores de nível médio. "A educação profissional técnica de nível médio pouquíssimas vezes está na agenda como prioridade da gestão, o que traz desafios enormes para as ETSUS. Devemos estar sempre articulando e discutindo para relacionar os cursos técnicos com aquilo que o gestor pactuou e tem no seu plano de saúde, elaborado por meio de indicadores e metas a serem cumpridas que impactam no recebimento de recursos e no andamento de todas as unidades do serviço. A escola tem que estar atenta para fazer essa articulação e trabalhar a formação técnica dos trabalhadores com esse olhar e esse recorte".

Segundo Maria Auxiliadora, é preciso superar a iniquidade na formação de técnicos para a área da saúde no nível médio. "É premente adotar estratégias que assegurem o acesso a processos formais de educação àqueles que estão trabalhando sem a devida qualificação em serviços do SUS. Não podemos aceitar a iniquidade que marca o trabalho e o trabalhador na saúde, inclusive, pelas repercussões éticas, técnicas e sociais de tal situação para a população. Esse é um aspecto essencial para discutir a política de articulação do trabalho e da educação em saúde, em especial, quando se trata da educação técnica de nível médio", ponderou.

Nesse sentido, Maria Auxiliadora pontuou que a alocação de recursos, meios e condições para que se efetive a atenção à saúde deve ser orientada por critérios técnicos, políticos e éticos, inclusive a composição tecnológica das equipes, em todas as unidades da rede de serviços. "É preciso saber quantos são necessários e com qual formação para cada unidade de trabalho: o

serviço de saúde não deve absorver pessoas não estão formadas e qualificadas para o trabalho para o qual foram contratadas. Essa é uma questão da ética de Estado em relação à população e ao trabalhador da saúde".



Para Maria Auxiliadora, é preciso superar a iniquidade na formação do técnico

Escola dos trabalhadores

Durante os três dias do seminário, muitas das características que tornam as Escolas Técnicas do SUS instrumentos de gestão da educação e do trabalho no Sistema Único foram debatidos. O início das escolas foi lembrado pela diretora técnico-pedagógica do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza (CEFOPE), Magda Dantas, que citou os marcos da formação profissional em saúde no Brasil – como o Programa de Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio e Elementar para os Serviços Básicos de Saúde (Larga Escala), o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem (Profae), a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Pneps) e o Profaps. "Vemos que houve uma mudança na lógica dos treinamentos para a formação técnica, que trouxe a necessidade de criação de uma escola para pensar a formação de um aluno que também é trabalhador, está no serviço, tem baixa escolaridade, mas que precisa da formação para dar respostas para ele mesmo e para a população que está atendendo".



Mesa discutiu a 'Formação técnica como cenário em que contracenam a educação e a saúde na perspectiva da qualificação do trabalho e do trabalhador do SUS

De acordo com dados divulgados durante o seminário, estima-se que mais de 60% da força de trabalho do SUS esteja caracterizada administrativamente como trabalhadores de nível médio. Nesse grupo, conforme alertou na mesma mesa-redonda a pesquisadora da EPSJV, Mônica Vieira, estão inseridos desde trabalhadores em situação de "superqualificação", com ensino superior completo e especializações, até trabalhadores que atuam sem a formação específica em conformidade com a regulação do trabalho, que constituem o público-alvo preferencial das ETSUS.

Por estarem dentro do SUS e formarem trabalhadores para ele, as escolas precisam negociar com os gestores quais são as suas demandas, quantos são os trabalhadores que atuam sem a devida qualificação, onde eles se encontram, já que vão precisar transformar a rede de serviços de saúde em espaço de formação. É a chamada integração ensino-serviço.

Nesse sentido, a coordenadora de Educação Profissional da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), Maria Ivanília Timbó, resgatou algumas das primeiras iniciativas de integração ensino-serviço no Brasil. De acordo com ela, foi na década de 1980, com a implementação da Integração Docente Assistencial (IDA) que primeiro se refletiu sobre a necessidade de implementar mudanças nas relações entre o serviço e o ensino, considerando a realidade demográfica, as

necessidades de saúde e o perfil do usuário dos serviços. "O programa teve como propósito formar profissionais de saúde buscando a conformação de perfis para o SUS, através de mudanças significativas na formação", disse. Segundo ela, o programa se baseou na parceria entre universidades, serviços de saúde e comunidade, como alicerce para os processos de transformação da educação dos profissionais. Para Ivanília, essas iniciativas marcaram a atual tentativa das esferas de gestão do SUS de transformá-lo em um "Sistema de Saúde-Escola", em que a rede de serviços de saúde é além de espaço de assistência, também espaço de ensino, pesquisa e extensão.

A esse respeito, Maria Auxiliadora defendeu que é preciso delimitar muito bem os papéis do trabalho e da educação para que não percam suas especificidades. "Precisamos lembrar que mesmo quando falamos que o SUS deve ser uma escola, a unidade de prestação de serviços não terá a mesma dinâmica da escola e vice-versa. Há entre eles fronteiras e articulações absolutamente necessárias, importantes e, mais do que isso, fundamentais e essenciais", disse, explicando que, no caso, o essencial é, por exemplo, cumprir os princípios da Constituição Federal que define como competência do SUS ordenar a formação de sua força de trabalho.

Auxiliadora ponderou ainda que, para que a articulação aconteça, é importante entender a natureza do processo educativo e as especificidades da formação e da prestação de serviços na saúde, lembrando que o processo educativo é, em primeiro lugar, um processo social o que não significa que acontece naturalmente. "A educação não está circunscrita aos processos escolares, ela ocorre através das mais distintas formas e processos seja na família, partidos políticos, igrejas e, também, na escola. Assim, é preciso identificar o que se esconde por trás das propostas de que o processo de formação para algumas categorias de trabalhadores resulta apenas do saber tácito e que as pessoas se educam "naturalmente". Em geral, por trás dessas propostas está embutida certa forma de (des)responsabilidade política, financeira e social com a educação escolar. A sociedade espera que a escola cumpra objetivos e papéis muitos próprios e insubstituíveis, inclusive na formação de profissionais da saúde. Nós não podemos, à guisa de qualquer processo, negligenciar isso".

A coordenadora pedagógica da Escola Técnica do SUS Prof^a Ena de Araújo Galvão, Ewângela Cunha, propôs algumas reflexões a partir da observação do processo de trabalho. Para ela, a temática da integração ensino-serviço tem sido bastante discutida, contribuindo para a transformação dos processos formativos, tendo como marco a Pneps. "Na educação permanente, o serviço passa a ser o locus privilegiado dos processos de ensino-aprendizagem na área da saúde e as Escolas Téc-

nicas do SUS são as instâncias formadoras que possuem o trabalho como princípio educativo e metodologia problematizadora como proposta pedagógica".

Ainda segundo Ewângela, a questão dos profissionais que vão operar essa integração precisa ser mais discutida. "As escolas não apresentam corpo docente fixo e esses docentes têm vinculação temporária. Na sua maioria, são profissionais da rede pública. A realidade de Mato Grosso do Sul é diferente, porque o estado dispõe de um banco de docentes credenciados. Apesar de não fazerem parte de um corpo docente fixo, muitos atuam com frequência na escola ao longo de sua carreira profissional", afirmou.

Para Ewângela, alguns pontos devem ser modificados. "Esse profissional que atua como profissional da saúde e como docente não têm essa última dimensão, por exemplo, incorporada em sua aposentadoria. Há que se encontrar formas diferentes e inovadoras para solucionar essa problemática. Podemos pensar, por exemplo, na possibilidade desse profissional atuar uma parte de sua carga horária de trabalho como profissional de saúde e outra parte como docente", propôs, concluindo: "Dessa forma, o profissional passará a se dedicar muito mais aos processos formativos prioritários da escola. Poderá envolver suas equipes de trabalho e provocar intervenções que modifiquem de fato os serviços".

Ewângela relatou dificuldades em relação ao campo de estágio e prática nos cursos técnicos desenvolvidos pelas ETSUS. "Esse campo hoje está restrito e as ETSUS disputam acirradamente esses campos com a iniciativa privada. Isso dificulta a execução de cursos na alta complexidade, como os técnicos em Radiologia e Enfermagem. É necessário pensar em alternativas que priorizem a atuação das ETSUS, que são instâncias formadoras dos trabalhadores de nível médio do SUS", defendeu.

■ Aspectos pedagógicos

"Na nossa escola, focamos na reflexão sobre o trabalho pedagógico", afirmou Ivaneide Nelson, consultora do CEFOPÉ na mesa dedicada a discutir as ETSUS. Para ela, o nó crítico do trabalho da escola é a questão pedagógica. "Avançamos na questão dos discursos, nas questões teóricas, mas quando tomamos por referência as práticas didáticas, que são o que realmente promovem a ação da escola, começamos a identificar fragilidades".

Partindo da análise da situação das ETSUS, uma dessas fragilidades é a falta de um corpo docente mínimo que estruture os processos escolares. "Além disso, geralmente a escola trabalha muito em função das demandas e não tem autonomia financeira, mas tem que lidar com metas ambiciosas e prazos curtos. Essa é uma dificuldade que precisamos repensar, é preciso ter critérios".

Ela destacou ainda que, como as ETSUS trabalham na perspectiva da integração ensino-serviço, precisam vivenciar uma constante reflexão. "Reflexão no sentido de repensar, sistematicamente a ação para torná-la mais coerente, mais lúcida, mais justa. A reflexão não é uma atividade mecânica, ao contrário, penetra na realidade de forma rigorosa, crítica e dialética e dá significado à ação".

A reflexão sobre os processos escolares também ocupou o cerne da fala de Maria Helena Bagnato, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que começou sua conferência sobre tipos de currículo e formas de organização curricular e avaliação da aprendizagem afirmando que educação não rima com neutralidade. "O currículo é espaço de disputa. Nele, pessoas e instituições com diferentes interesses, valores e tradições devem negociar para estabelecer consensos. Um processo de formação profissional, ao selecionar e organizar certos conhecimentos, elegendo pressupostos e princípios para dar base a esta formação e assumindo objetivos e finalidades, propicia contornos de uma determinada identidade profissional. O currículo corporifica formas de agir, sentir e falar".

Nesse sentido, a professora explicou que existem diversas teorias que dão base aos conceitos e ideias que vão compor um currículo, como a tradicional, a crítica e a pós-crítica. Para Maria Helena, é importante analisar como cada uma delas responde de forma diferente a certas perguntas: "Que profissional é esse? O que vamos ensinar? Qual conhecimento é considerado mais válido? Porque esse e não outro?", questionou, explicando: "Já nessas perguntas podemos ver as relações entre saber e poder, pois a construção de currículo também é relação de poder".

De acordo com o currículo tradicional, o mais importante é que o aluno desenvolva uma técnica. Para isso, a escola vai avaliá-lo de forma a medir o quanto ele aprendeu. Já a abordagem crítica se preocupa com a transformação da realidade. "Ele parte da realidade não só para verificar quais são os problemas como também teoriza e busca fundamentos para voltar e tentar transformá-la. É uma proposta curricular que questiona principalmente o *status quo*, a forma de organização da sociedade e a maneira como os sujeitos estão inseridos nela".

Enquanto a abordagem crítica foca no como e no porquê, construindo certas narrativas, a pós-crítica está mais preocupada em desconstruí-las. "E nem sempre vão colocar outra narrativa no lugar. No entanto, uma importante contribuição dessa corrente é o questionamento do estatuto da verdade. Não existe uma teoria ou um campo teórico que dê conta da complexidade da prática. A prática estoura qualquer tentativa teórica de esgotá-la".

Além das teorias de base, os currículos seguem modelos diversos: acadêmico, tecnológico, reconstrucionista e humanista são alguns deles. Para a professora, o currículo utilizado pela maioria das ETSUS tem características do modelo reconstrucionista social. "A preocupação é centrada no aluno, que vai se voltar principalmente para os problemas da sociedade. Há um traço dominante que é realizar a crítica social no processo de formação, efetivar mudanças sociais, havendo um compromisso de criar uma nova cultura".

Ainda de acordo com ela, há uma relação entre o modelo e a teoria crítica, pois algumas das questões formuladas vêm do campo contextual. "A comunidade pode trabalhar coletivamente para resolver seus problemas? Há esse espírito de cooperação? As instituições políticas e econômicas podem ser reestruturadas para que as pessoas tenham acesso aos recursos materiais e humanos?", exemplificou.



Maria Helena Bagnato falou sobre tipos de currículos, formas de organização curricular e avaliação

A organização curricular pode se dar por disciplinas, módulos, projetos e problemas. Maria Helena explicou que argumentações mais críticas em relação às disciplinas – como a do filósofo francês Edgar Morin – consideram que, ao aprofundar um determinado campo, a disciplina pode fragmentar o conhecimento. No entanto, ponderou que o próprio Morin considera que sem as disciplinas, o conhecimento não teria avançado tanto.

Já na organização por módulo, os componentes curriculares são agrupados segundo princípios de identidade, configurando unidades pedagógicas autônomas; por projetos, por temas de investigação ou de intervenção na realidade que os alunos trabalham; e por problemas a aprendizagem é organizada através da formulação de questionamentos vindos da realidade.

De acordo com Maria Helena, um projeto curricular também tem eixos, como os que estão expressos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde. "Eles representam o que queremos atingir – criticidade, autonomia, comunicação e trabalho em grupo – e vão fazer parte do processo de formação". Há também eixos mais gerais de organização dos conteúdos, como interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização.

Assim como Ivaneide, Maria Helena falou sobre avaliação do trabalho pedagógico, do projeto político-pedagógico e do projeto institucional. "Todos esses espaços têm que passar por um processo contínuo de avaliação em todas as suas dimensões: ética, política, psicológica e pedagógica". Em relação à avaliação da aprendizagem, Maria Helena citou três tipos: a diagnóstica inicial, cujo objetivo é verificar o que o aluno sabe; a formativa, feita para acompanhar o desenvolvimento do aluno; e a recapitulativa, implementada quando é necessário que os alunos retomem conhecimentos.

Competências

A pedagogia das competências, utilizada pela maior parte das Escolas Técnicas do SUS, foi alvo de falas em várias ocasiões durante o seminário. Maria Helena Bagnato situou seu surgimento na educação brasileira na década de 1990, durante a hegemonia neoliberal. "É um conceito que existiu por um bom tempo dentro do campo da psicologia e migrou para o campo da economia e está de volta no campo da educação". Para ela esse caminho não ocorreu à toa: "Temos uma série de influências de organismos internacionais dentro da educação. Mas eu acredito que dá para olhar de outro jeito, aproveitando as brechas para ressignificar as competências".

Essa também é a opinião de Clarice Ferraz, que, em sua apresentação, citou algumas das linhas pedagógicas mais presentes no ensino técnico nos últimos tempos: o cognitivismo, na década de 1980, o construtivismo, na década de 1990 e, finalmente, o construcionismo, que, segundo ela, é capaz de reabilitar o conceito de competências surgido nos anos neoliberais. "Reconstruir o paradigma de competências é uma ousadia. Estamos trazendo a questão para o construcionismo, com ênfase

na participação, pois é preciso pensar a formação como um processo cooperativo. Se não estivermos formando profissionais nessa perspectiva estaremos indo contra a proposta das redes de atenção à saúde".

Ainda de acordo com ela, são pilares dessa linha pedagógica a valorização da construção produzida por cada sujeito em seu dia a dia de trabalho como resultado da interação entre aspectos cognitivos, subjetivos, afetivos e sociais; uma aprendizagem essencialmente ativa; e o aprendizado entendido como processo de reconstrução do conhecimento, com o professor propiciando condições de criação. "Estamos prontos para essa abordagem porque estamos sensíveis a essas questões, o que facilita nossa troca, nosso compartilhamento e a impressão de uma cultura voltada para a construção social, para o construtivismo em um modelo em que sejamos capazes de construir uma abordagem da competência de maneira mais ampliada", defendeu.

Para avaliar competências profissionais, Maria Helena Bagnato considera como princípio básico selecionar os métodos, que podem ser perguntas; simulações; provas de habilidades; observação direta; e evidências de aprendizagem prévia. "É importante utilizar uma mescla de métodos que permitam a inferência da competência e combinem conhecimento, compreensão, resolução de problemas, habilidades técnicas, atitudes e ética na avaliação". De acordo com a professora, a avaliação por competências nessa perspectiva implica verificar, principalmente, se há integração entre teoria e prática. "É um grande desafio. Para isso, necessitamos de condições, observação, acompanhamento contínuo e monitoramento de desempenho".

Maria Helena citou as diretrizes curriculares do ensino técnico para introduzir a ideia de "competência como a capacidade para aplicar adequadamente conhecimentos e habilidades para alcançar um determinado resultado em um contexto concreto". Para ela, as competências têm uma dimensão técnica (aprender a fazer); humana (aprender a ser); social (aprender a viver com os outros); cognitiva (aprender a conhecer); comunicativa; organizacional; política (aprender a problematizar, a questionar); e cultural (aprender a relacionar-se com as diferenças). Ainda de acordo com a professora, o modelo de competências tende a dar importância às diferenças e particularidades individuais, centrando na aprendizagem – o aluno é o centro – e na autonomia do aluno.

Suely Cândia Catharino, do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso, falou sobre competências profissionais na perspectiva dos instrumentos de regulação da educação. "Ser competente é ser capaz de mobilizar conhecimentos, informações e até mesmo hábitos, para aplicá-los, com capacidade de julgamento, em situações reais e concretas, individual e coletivamente".

Pronatec

No encerramento do seminário, Clarice Ferraz falou sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), lançado pelo governo federal na véspera, dia 28 de abril. Segundo ela, a articulação com o Pronatec para ampliar os investimentos na RET-SUS está no centro do planejamento da Coordenação de Ações Técnicas.

Proposto como uma ampla cartela de ações voltadas para a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica no país, o Pronatec congrega novidades, como instituição de bolsas de financiamento para trabalhadores, via criação de um Fundo de Financiamento Estudantil inspirado no já existente Fies – voltado para o estudante do ensino superior que quer ingressar em uma instituição privada – com iniciativas já existen-

tes, como ampliação do número de vagas oferecidas gratuitamente à população nas escolas do chamado Sistema 'S'; o E-TEC Brasil, de educação à distância; e o Brasil Profissionalizado, onde as redes estaduais recebem recursos da União para construir ou reformar prédios e laboratórios, aumentando, assim, o potencial de matrículas.

Clarice ponderou que, embora o programa seja fruto de uma parceria público-privada – em que dois terços dos recursos são do Tesouro e o restante de parceiros privados – é sinal de um contexto político favorável às pautas da educação profissional e, por isso, uma oportunidade para o fortalecimento da RET-SUS. “Gostaria que pudéssemos, de fato, olhar esse programa e estudar como podemos utilizar o máximo dos recursos para as

escolas públicas. Isso precisa ser um compromisso de todos nós. E o que ficar com o privado, que seja de fato com escolas acreditadas e qualificadas. O cenário que temos hoje é muito difícil nesse quesito”, alertou.

Ainda de acordo com ela, para reunir elementos que embasem a argumentação de que mais recursos devem ser direcionados para cursos da educação profissional em saúde ofertados pela RET-SUS, é preciso dimensionar quantos são os trabalhadores que hoje atuam sem a qualificação específica nos serviços de saúde estaduais e municipais. Por isso, a SGTES pretende publicar um edital de financiamento para a realização de uma pesquisa que quantifique esse contingente. Voltado para instituições de pesquisa diversas, como universidades e estações da Rede Observatórios de Recursos



Núbia Breiaz, técnica do Deges, e Clarice Ferraz durante o encerramento

Humanos em Saúde, a expectativa é que o estudo seja o primeiro de uma série que, mais adiante, se volte para a avaliação do impacto da formação na qualidade do serviço prestado ao usuário do SUS. ■

Educação profissional e interministerial

Desde 2007, Ministério da Saúde e Ministério da Educação (MEC) atuam de maneira conjunta por meio da Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde criada por decreto presidencial. Durante o seminário, Clarice Ferraz anunciou que a educação profissional técnica de nível médio vai ganhar uma subcomissão específica – a ser criada por portaria interministerial –, o que deve fortalecer ainda mais a atuação conjunta dos órgãos.

Clarice também falou sobre a possibilidade de um Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) para a educação profissional. Hoje, esse programa, criado por portaria interministerial MS/MEC em 2010, disponibiliza bolsas apenas para estudantes, tutores (docentes das universidades) e preceptores (trabalhadores dos serviços de saúde) no âmbito dos cursos de graduação da área da saúde.

No MEC, a área de interlocução é a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Convidada para participar como conferencista no evento, a diretora de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da Setec, Simone Valdete, assegurou que existem muitos pontos de contato passíveis de fortalecimento até o final desta gestão.

Uma delas é a inclusão da SGTES no Comitê Gestor da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (Certific), programa do MEC e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que certifica saberes adquiridos ao longo da vida por trabalhadores da música, construção civil, turismo e hospitalidade, eletroeletrônica e pesca. De acordo com Simone, a demanda pela ampliação dessa certificação para alguns trabalhadores

da saúde – como o cuidador de idosos – sinaliza a necessidade de uma articulação mais estreita, envolvendo a participação da RET-SUS.

A inclusão das ETSUS no Programa Brasil Profissionalizado (que está dentro no Projeto de Lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – Pronatec – encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional dia 28 de abril em regime de urgência) também mereceu destaque na exposição de Valdete. “Pensamos que pode haver uma possibilidade de sustentabilidade das escolas da RET-SUS via Brasil Profissionalizado, que é um programa de parceria entre o MEC e os governos estaduais para o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional. Este ano, já estão fechados todos os convênios, mas é uma possibilidade para esta gestão que haja recursos para a RET-SUS”.



Simone Valdete foi conferencista no primeiro dia do evento

Citando a matéria de capa da Revista RET-SUS de abril, a diretora de Formulação de Políticas demonstrou preocupação com a disparidade entre a oferta pública e privada do curso Técnico em Enfermagem para ressaltar a necessidade de ampliação da oferta de cursos profissionais na área da saúde na rede pública de ensino. “A oferta de enfermagem é a maior dentre os cursos de educação profissional no Brasil, mas quando analisamos a quantidade de matrículas oferecidas, a rede pública o curso é o quinto, enquanto que na privada é o primeiro”. Para ela, as Escolas Técnicas do SUS tem possibilidades de compartilhar sua *expertise* na formação de técnicos em enfermagem e outros trabalhadores com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As demandas para a RET-SUS não param por aí. Durante o encerramento do seminário, Clarice Ferraz afirmou que há um pedido do Ministério da Educação para que a rede ofereça a matriz de competências e diretrizes curriculares do curso Técnico em Enfermagem para todas as escolas públicas do país.

O docente da educação profissional – Durante sua fala, a diretora de Formulação de Políticas da Setec lembrou que o Conselho Nacional de Educação (CNE) está trabalhando na revisão das diretrizes curriculares para o ensino médio; para a educação profissional de nível médio; e para a licenciatura da educação profissional de nível médio. Hoje, a regulamentação existente prevê que o docente da educação profissional de nível médio deve ter licenciatura plena para entrar em sala de aula.

Para Simone Valdete, o problema das licenciaturas para a educação profissional está atrelado a uma desvalorização da própria educação técnica. “O desafio é tornar essa carreira atraente. É atraente

ser professor universitário pela questão da pesquisa. Precisamos alcançar isso no nível médio também. Os Institutos Federais têm 50% das matrículas reservadas para cursos de nível médio. Mas há uma tendência de querer dar conta do tecnólogo. Quem sabe daqui a cem anos o país esteja formando somente tecnólogos, mas, por enquanto, ainda temos o que o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] chama de bônus populacional, uma juventude em idade produtiva que precisa de formação de nível médio. Os mestres e doutores precisam formar essa juventude”.

Ainda de acordo com ela, a posição da Setec é defender que o docente da educação profissional tenha diploma de nível superior. “O grande problema é esse profissional do nível médio que começa a dar aula. Insistimos na formação superior para o profissional da educação, mas isso não é simples. Enquanto a gente não colocar nossa carreira como atraente vamos ter que enfrentar idiosincrasias. Quem sabe a gente aprovando as diretrizes curriculares para as licenciaturas, o piso nacional dos professores sendo respeitado, essa será uma carreira atraente até para romper com aquela máxima de ‘quem sabe faz e quem não sabe ensina’”.

A Coordenação de Ações Técnicas anunciou que está estudando um projeto de formação voltado para os docentes do Profaps junto com as universidades estaduais de São Paulo (USP) e Campinas (Unicamp) e com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A ideia é que 300 professores façam uma especialização pedagógica de 360 horas, semi-presencial e que os momentos presenciais sejam realizados nas regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Mudanças nos estados



Arquivo RET-SUS

Especificidades e desafios das ETSUS foram tema de debate

O impacto da criação da SGTES, em 2003, repercutiu no campo do trabalho em saúde em diversos espaços de gestão e também de pesquisa. A análise é da coordenadora do Observatório dos Técnicos em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Mônica Vieira, e coincide com o que foi apresentado por representantes das secretarias estaduais de saúde e das ETSUS ao longo dos três dias do seminário.

Maria Emília Higino, diretora de Educação em Saúde da Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESSPE), iniciou a sua fala destacando a importância da criação da Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde em 2008 e o conseqüente rearranjo organizacional que transportou várias estruturas que antes pertenciam à coordenação de recursos humanos para o novo órgão.

De acordo com ela, a mudança possibilitou que o estado gerisse melhor uma série de situações vinculadas à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, começando pela constante necessidade de pactuação das ações da educação vinculadas aos planos de saúde, seja nos âmbitos municipal, regional ou estadual. "É preciso que os estados institucionalizem as suas CIES [Comissões de Integração

Ensino-Serviço] e que os gestores municipais sejam qualificados para a atuação tanto nas CIES quanto nos CGRs [Colegiados de Gestão Regional] para que demandem processos educativos com base nas necessidades do SUS".

Nesse sentido, foi possível pensar em termos de escala da clientela, diagnosticando, por exemplo, as necessidades inerentes à ampliação e crescente sofisticação tecnológica dos serviços de saúde, como a qualificação e formação dos profissionais que ocupariam os novos postos de trabalho. "Além disso, a clientela da educação permanente é diversa, pois além dos profissionais de saúde, incluem-se profissionais de outras áreas e também os cidadãos usuários".

A coordenadora da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Ceará, Lúcia Arruda, compartilhou a construção da política estadual de educação permanente, que demandou uma série de mudanças no plano organizacional do órgão. "Quando iniciamos o trabalho, em 2007, encontramos uma formatação da gestão de recursos humanos que tinha um olhar basicamente financeiro e estava, inclusive, dentro de coordenadoria administrativo-financeira. Buscamos construir uma área da gestão do trabalho e da educação na saúde

que olhasse para a dimensão do mundo do trabalho, da educação e da valorização do trabalhador".

Lúcia lembrou que a divisão do Ceará em polos de educação permanente foi a base para o que, posteriormente, seriam as CIES implantadas nas três macrorregionais do estado: Fortaleza, Sobral e Cariri. "Nós seguimos a história natural do estado, entendendo que para ter educação permanente não só se faz necessário instituí-la, mas também, fundamentalmente, trazer os atores sociais que estão no processo de construção do SUS para alimentar e construir conosco", comentou.

Ela indica que todas essas políticas têm pontos em comum: promover a qualificação técnica de trabalhadores já inseridos no sistema de saúde, a integração da formação dos trabalhadores com a realidade dos serviços e a transformação de práticas na perspectiva da atenção integral à saúde.

A diretora da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), Maria José Câmara, explicou que a escola está dentro da Superintendência de Recursos Humanos da Saúde, cujo objetivo é tocar a política de gestão do trabalho e educação na saúde com foco na rede de serviços como espaço

de produção de conhecimento e aprendizagem.

Ela lembrou que, em 2007, a Bahia começou a implementar a Política Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde, com ênfase na desprecarização dos vínculos dos trabalhadores. "A precariedade das condições e relações de trabalho, comprometem a qualidade dos processos de gestão e atenção à saúde e a correta aplicação dos recursos públicos. Queríamos mudar isso. No estado, o curso de agentes comunitários de saúde foi realizado apenas nos municípios que desprecarizaram o vínculo desse trabalhador. Assim, não tivemos o problema de realizar a formação para depois os trabalhadores serem demitidos", contou.

Para ordenar o processo de formação e qualificação de pessoal de nível médio em saúde, Maria José destacou ações estratégicas que incluem desde o desenvolvimento dos trabalhadores do SUS até a realização de pesquisas na área, passando pela implementação da educação à distância. "Para o desenvolvimento dessas ações estratégicas criamos o projeto 'SUS na escola', em que realizamos qualificações, formações técnicas, atualizações e aperfeiçoamentos, especializações técnicas e formação docente, atingindo mais de 40 mil trabalhadores".

Arquivo RET-SUS



A partir da perspectiva das ETSUS, mesa-redonda debateu integração ensino-serviço

Eliezer Pacheco

entrevista

Matra Mathias

Em 28 de abril, com o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) – que tramita no Congresso Nacional –, a educação profissional se transformou em um dos carros-chefe da gestão federal; prioridade que já havia sido anunciada durante a campanha presidencial pela então candidata Dilma Rousseff. Nessa entrevista, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Eliezer Pacheco, fala sobre o programa, que, segundo ele, vai potencializar a oferta da educação profissional no país. Além disso, ele faz um balanço das mudanças que a área viveu nos últimos anos – inclusive no campo da legislação – e também fala sobre a proposta de criação de uma comissão interministerial em que Setec e SGTES vão desenvolver políticas integradas para a educação profissional em saúde.



“ Eu acho que o maior mérito do governo Lula foi ter colocado a educação profissional na pauta do país, fazendo uma reformulação da concepção e da legislação. ”

De acordo com o Censo Escolar 2010, o total das matrículas da educação profissional passou de cerca de 652 mil, em 2002, para 1,1 milhão, em 2010, representando um crescimento de quase 100% nesses oito anos. Embora o número de matrículas na rede privada também tenha aumentado, em 66%, a rede que mais cresceu proporcionalmente foi a federal, com 114%, seguida pela estadual, com 80%; crescimento este que fez com que, em 2007, a rede pública ultrapassasse a privada no total de matrículas. Como a Setec analisa esse movimento?

No último período, o Ministério da Educação tem investido pesadamente na educação profissional e tecnológica. Basicamente por dois motivos. Primeiro pela mudança de visão do atual governo, que considera a educação profissional como parte de um processo de desenvolvimento para o país. E segundo pela demanda do mercado, na medida que o país cresce e necessita profissionais qualificados. O crescimento da rede pública se explica no investimento em números. Já foram entregues à população 214 novas escolas, campus dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Hoje, são 401 campi em funcionamento com 300 mil matrículas apenas de cursos técnicos. Em 2002, eram 77 mil. Um crescimento de 389% no período. Além da expansão da Rede Federal – a maior já feita na história centenária dessa rede –, o MEC repassou R\$ 1,5 bilhão a 23 estados pelo programa Brasil Profissionalizado, que investe na expansão dessas redes estaduais. Eu acho que o maior mérito do governo Lula foi ter colocado a educação profissional na pauta do país, fazendo uma reformulação da concepção e da legislação. Isso vai desde a eliminação daquela proibição da oferta do ensino médio integrado à educação profissional que vigorava no governo Fernando Henrique à instituição dos catálogos nacionais para os cursos técnicos e tecnológicos, que foi importante para disciplinar essa oferta e, agora, se estenderá aos cursos FIC [formação inicial e continuada]. Outra mudança foi a reformulação da Lei do Estágio. Antes, o estágio era na verdade uma forma de exploração de mão-de-obra jovem. A nova lei restabeleceu o caráter pedagógico do estágio. Também posso citar

como parte desse movimento a reformulação da LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação], que praticamente não fazia referência à educação profissional. Nós inserimos lá capítulos importantes sobre educação profissional. Então a educação profissional no Brasil, para além dos números, que são importantes, tem um outro papel na sociedade brasileira e no sistema educacional brasileiro.

O que o Pronatec traz em termos de possibilidade para a manutenção da expansão do número de matrículas na rede pública? Qual é a importância dessa expansão?

O Pronatec na verdade potencializa as ofertas da educação profissional no país partindo de um reconhecimento que por mais que a rede pública tenha se expandido – e se expandiu muito – ela não dá conta dessa imensa demanda que existe hoje no país. A meta do programa é atender a oito milhões de brasileiros nos próximos quatro anos com cursos técnicos e de qualificação profissional, além de bolsas e financiamento estudantil. Com o Pronatec, o governo federal continuará expandindo a Rede Federal e investindo nas redes estaduais. Serão 201 novos campi de institutos federais nos próximos quatro anos. E pelo programa Brasil Profissionalizado estão reservados mais R\$ 320 milhões só para 2011. O Pronatec enfrenta a falta de mão-de-obra, mas também busca a qualidade da educação, na medida que impacta os estudantes do ensino médio brasileiro. O programa mobiliza todos os ofertantes de educação profissional no país em todos os níveis – Rede Federal, redes estaduais, Sistema S e escolas privadas sem fins lucrativos – no sentido de minorar essa carência de mão-de-obra qualificada que é herança do descaso das administrações anteriores. Por mais que o governo Lula e agora o governo Dilma invistam nesta modalidade de ensino, em educação os resultados são a médio e longo prazo. Portanto, embora já tenhamos um aumento significativo de matrículas nos últimos anos, o incremento dessa expansão vai ocorrer dentro de quatro, cinco, 10 anos.

O Brasil Profissionalizado, programa da Setec lançado em 2008, foi incluído como uma das ações prioritárias do Pronatec. Qual é a importância da expansão das redes estaduais de educação profissional?

Nós temos esse reconhecimento, que a Rede Federal, mesmo com seu crescimento enorme, não tem a capilaridade das escolas das redes estaduais, que estão em praticamente todos os municípios brasileiros ou na imensa maioria das cidades. Há dois anos reservamos R\$ 1,5 bilhão para construir, reformar, ampliar e equipar escolas técnicas dos estados ou escolas que queiram se transformar em escolas técnicas ou simplesmente esco-

las que queiram incrementar o estudo científico, que é muito frágil no Brasil. Os recursos estão sendo usados na construção de 176 escolas técnicas estaduais e na reforma ou ampliação de outras 543. O maior obstáculo do Brasil Profissionalizado é a baixa capacidade de execução dos estados; com exceções. Poucos estados têm uma alta capacidade de execução, a maioria – embora esse programa já tenha mais de dois anos -, só agora começa a deslanchar na execução desses projetos. Com exceção do Ceará, de Pernambuco, Bahia e Paraná, os demais de fato tem muita dificuldade, mas nós estamos ajudando e o recurso está garantido para que, de fato, esse ano todos os projetos comecem a andar em um ritmo mais acelerado. Porque nós entendemos que a base da oferta tem que ser pública porque quem busca a educação profissional normalmente vem das camadas mais humildes.

- **A expansão da oferta pública também é importante na medida que puxa a qualidade da oferta de uma maneira geral?**

Os Institutos Federais, através dos seus campi, são orientados a trabalhar de forma muito próxima com as redes públicas de suas áreas de atuação. Como eles têm uma qualidade muito elevada, acabam disseminando essa qualidade para aquelas escolas públicas com as quais eles interagem através de trabalhos de extensão e também nos cursos técnicos concomitantes. É por isso que no PNE [Plano Nacional de Educação 2011-2020, em votação no Congresso Nacional] nós queremos chegar ao final da década com mil unidades da Rede Federal, o que não vai ser nada difícil porque no final do governo Dilma nós já teremos quase 600 unidades por aquilo que já está projetado. Significa que de cada cinco municípios nós teremos uma unidade, um campus do Instituto Federal agindo diretamente sobre os demais ou através de um outro instrumento que nós estamos agora disseminando bastante que é a educação profissional à distância, por meio do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil. Nós queremos instalar centenas de polos em todo o Brasil naqueles municípios que, por serem pequenos, não têm escala para ter um Instituto Federal.

Gostaria que o senhor comentasse um pouco sobre os critérios de regulação da oferta de cursos no Pronatec, pois é sabido que em algumas regiões, a oferta de certos cursos técnicos é enorme, enquanto que, em outras regiões, há escassez.

Na Rede Federal, nos Institutos, isso não ocorre. Mais do que analisar, quem define os cursos são as audiências públicas realizadas na região em que vai se instalar o campus. Fazemos inúmeras audiências públicas até construirmos um consenso em torno dos cursos necessários.

Então, é muito difícil que ocorram equívocos porque isso é peneirado por um bom tempo com os segmentos representativos da região. No Brasil Profissionalizado, esse debate se dá dentro dos limites dos arranjos produtivos locais e regionais. No Pronatec, isso será mantido. Nos cursos ofertados pelos privados nós não interferimos.

“ Consideramos, portanto, de extrema importância a integração com a Saúde e com as Escolas Técnicas do SUS no desenvolvimento de políticas integradas, pois nós somos todos do mesmo governo e não tem sentido trabalharmos de forma desarticulada.”

A portaria interministerial que cria uma subcomissão voltada para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no âmbito da Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde – criada por decreto presidencial em 2007 – está recebendo os últimos ajustes. Gostaria que o senhor explicasse qual será o papel da Setec nessa comissão, que segundo a SGTES, deve debater principalmente, em um primeiro momento, a inserção da Rede de Escolas Técnicas do SUS no Pronatec.

A Setec apreciou a portaria e concordou com seus termos. Ficará a cargo da Diretoria de Políticas da Educação Profissional, que é responsável pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, a coordenação desta comissão. Considerando o número de servidores da saúde que demandam cursos técnicos, sobretudo nas áreas de radiologia, citopatologia e também enfermagem, é primordial a inserção das escolas da RET-SUS no Pronatec. O Brasil é exemplo no mundo na organização de um Sistema Único de Saúde, de caráter público e gratuito, com acesso a todos. No Pronatec haverá oferta de cursos técnicos na área da saúde voltados para os servidores do SUS e também oferta de cursos de formação inicial e continuada para reincentes do seguro desemprego e beneficiários do Bolsa Família. Consideramos, portanto, de extrema importância a integração com a Saúde e com as Escolas Técnicas do SUS no desenvolvimento de políticas integradas, pois nós somos todos do mesmo governo e não tem sentido trabalharmos de forma desarticulada. ■

aconteceu

ETSUS Roraima comemora 7º aniversário



Arquivo ETSUS RR

No dia 7 de maio, a Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima completou sete anos. As comemorações começaram no dia 4 com a realização de uma cerimônia de abertura no auditório da Escola Estadual América Sarmiento, em que estiveram presentes gestores das secretarias estaduais de Saúde e de Educação, estudantes e população. A partir daí, a programação previu uma série de atividades voltadas para a educação em saúde, prevenção e promoção da qualidade de vida, como a realização de uma palestra sobre a violência contra a mulher e aplicação de flúor e demonstrações de técnicas de escovação e prevenção do câncer bucal.

“As atividades foram importantes para expor à população o papel formador da ETSUS e sua contribuição para o Sistema Único de Saúde, consolidando princípios de gestão da escola, que tem como visão de futuro se tornar referência local e nacional em educação profissional e permanente até 2014”, afirmou a diretora Tânia de Souza.

ETSUS Piauí apresenta trabalho na Abenfo

No âmbito das ações do Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil Nordeste e Amazônia Legal, o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba já qualificou 1.469 agentes comunitários de saúde e 454 técnicos de enfermagem – destes, 350 atuam em equipes da Estratégia de Saúde da Família e 104 em maternidades. Os profissionais atuam nos 21 municípios considerados prioritários no estado, de acordo com índices elencados pelo Ministério da Saúde. Este ano, a escola planeja construir um módulo específico para os trabalhadores de nível técnico que atuem em unidades de tratamento intensivo neonatais e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

ETSUS Unimontes finaliza curso de TSB

A Escola Técnica de Saúde da Unimontes deu início à conclusão da formação de 215 técnicos em saúde bucal. Em maio já foram finalizadas duas turmas e, até agosto, outras cinco serão concluídas. O curso, iniciado em 2009, foi financiado com recursos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Os profissionais integram equipes de saúde bucal que atuam nos seguintes municípios: Montes Claros, São João da Ponte, Montalvania, Diamantina, Curvelo, Pompeu e Mato Verde. Em 2008, a ETSUS Unimontes já havia qualificado 441 alunos, que atuam em 14 municípios da região Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha.

O Observatório Estação de Pesquisa da escola está desenvolvendo uma pesquisa com o objetivo de elaborar um diagnóstico sobre resultados da formação ministrada pela ETSUS para técnicos e auxiliares de saúde bucal, inseridos nas equipes de Saúde Bucal de algumas cidades do Norte de Minas Gerais. A partir de questionários e entrevistas, os pesquisadores pretendem avaliar a melhora no serviço a partir da percepção dos trabalhadores e dos coordenadores de equipe.

Atividades de extensão na Unimontes

Entre fevereiro e março deste ano, alunos do curso Técnico em Enfermagem da ETSUS Unimontes participaram de dois projetos de extensão. No primeiro deles, que recebeu o nome de 'Olho Vivo', os estudantes visitaram os postos e centros de saúde nos bairros próximos às suas residências e aplicaram um questionário com o objetivo de identificar problemas comuns às unidades. Após as visitas, foram elaborados relatórios com propostas de melhorias. Os documentos foram apresentados em sala de aula e também entregues aos gestores. Outra proposta encaminhada pelos alunos foi a realização de uma oficina de prevenção e promoção da saúde para a comunidade.

Já o projeto 'Adote um sorriso' tem caráter interdisciplinar. No segundo módulo do curso, os alunos são divididos em grupos e realizam atividades lúdicas e recreativas em clínicas e hospitais na cidade de Montes Claros e também na Fundação Sara Albuquerque Costa, direcionada a crianças e adolescentes com câncer. As atividades são planejadas pelos estudantes com apoio dos professores do curso. Ao final, as equipes apresentaram para os colegas e os professores filmagens, fotos e relatos pessoais a fim de mostrar o resultado do trabalho desenvolvido. A última edição do projeto aconteceu em março.

ESP-MG planeja turmas de TSB

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) vai oferecer novas turmas do curso Técnico em Saúde Bucal (TSB). As aulas, que devem começar ainda no primeiro semestre, serão direcionadas a trabalhadores de 103 cidades e acontecerão em oito municípios-sede: Abaeté, Barbacena, Campo Belo, Leopoldina, Minas Novas, Pouso Alegre, Sete Lagoas e Varginha. A escola aguarda o contato dos gestores municipais com a indicação dos servidores que irão fazer a qualificação.

"Com a inserção da odontologia nas equipes de Saúde da Família, identifica-se a necessidade de formação de novos profissionais de nível médio para área, contribuindo para o aumento da resolutividade e qualidade dos serviços odontológicos prestados à população", explica Patrícia Leite, referência técnica da Coordenadoria de Educação Técnica da ESP-MG. Atualmente, estão em fase de conclusão na ETSUS nove turmas do TSB, com 323 alunos, atendendo a 130 municípios.

ETESB participa da 'Semana de Educação para a Vida'

A Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) foi parceira da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do SESC na 'Semana de Educação para a Vida', que aconteceu entre os dias 9 e 13 de maio nas escolas da rede pública da capital brasileira. Alunos e docentes do curso de especialização em Enfermagem em Saúde da Família da ETESB desenvolveram atividades referentes à promoção da saúde e prevenção de agravos. Por meio de oficinas, rodas de conversa, debates e literatura de cordel foram abordados temas como alimentação saudável, saúde sexual e saúde bucal.

EFTS forma técnicos em enfermagem

No dia 7 de abril, a Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis (EFTS) realizou a formatura de 25 técnicos de enfermagem do Hospital Geral Roberto Santos, em Salvador. Os profissionais eram auxiliares que iniciaram a complementação da formação em abril de 2010. A turma encerrou o ciclo de complementação da formação que abrangeu cinco hospitais de urgência e emergência: Hospital Geral do Estado, Hospital Ernesto Simões, Hospital João Batista Caribé, Unidade de Emergência Cajazeiras VII e Hospital Geral Roberto Santos. "Em 2011, iniciaremos novas turmas nesses mesmos hospitais e em mais quatro hospitais de urgência e emergência", afirma a diretora Maria José Camarão.

Roraima qualifica 231 agentes comunitários

No dia 12 de abril, a ETSUS Roraima certificou 231 alunos do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, que completaram as 400 horas do primeiro módulo previsto pela formação. A cerimônia aconteceu no auditório da Universidade Estadual de Roraima, em Boa Vista, e contou com a presença da equipe da ETSUS, do presidente do Sindicato dos ACS e também com os secretários estadual e municipal de saúde e coordenadores da Atenção Básica pelo estado e pelo município.

ETSUS Acre vai à escola de educação básica

No dia 25 de maio, a Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre) promoveu atividades voltadas para a educação em saúde na escola Marília Santana do SESI - Serviço Social da Indústria. Com a 'Feira de Ações Específicas da Política Nacional de Promoção da Saúde', 35 alunos do curso Técnico em Enfermagem expuseram trabalhos com temas variados, que iam desde alimentação saudável à redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas. Além disso, o mediador da turma, Glediston Mesquita, falou aos estudantes do 9º ano do ensino fundamental sobre 'Doenças Sexualmente Transmissíveis e Métodos Contraceptivos'. "Essa é uma parceria que já dura três anos e visa à promoção de ações educativas, que são parte do itinerário formativo dos cursos da ETSUS e buscam o desenvolvimento de habilidades por parte dos educandos", destaca a coordenadora-geral da ETSUS, Anna Lúcia Abreu.

No Acre, sarau de música e poesia

A turma do curso Técnico em Radiologia da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre) realizou no dia 20 de abril um sarau de música e poesia. Além de promover maior interação entre os alunos dos cursos técnicos da escola, a atividade teve como objetivo a concretização das atividades desenvolvidas pela turma nas bases desenvolvidas em língua portuguesa. Foram recitadas poesias de autores como Cora Coralina, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Pessoa e Mário Quintana.

**CEP-Saúde qualifica agentes comunitários**

O Centro de Educação Profissional em Saúde do Estado de Goiás (CEP-Saúde) promoveu no dia 14 de abril a solenidade de entrega de certificados do curso de qualificação de Agente Comunitário de Saúde no município de Santo Antônio do Descoberto. A escola ofereceu o curso em uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde da cidade, que tem cerca de 63.200 habitantes. Foram qualificados 90 agentes comunitários de saúde.



Docentes e supervisores são capacitados em Goiás

Entre 14 e 18 de março, o Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago (ETSUS Goiás) realizou a capacitação pedagógica para docentes e supervisores de prática da qualificação em Agente Comunitário de Saúde (ACS). Participaram da etapa 27 profissionais do município de Anápolis, onde a escola oferece 11 turmas de ACS, totalizando 340 alunos. Além de Anápolis, serão qualificados mais 756 agentes, distribuídos pelas cidades de Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho, Corumbá de Goiás, Santa Helena de Goiás, Padra Bernardo, Indiará, Itumbiara, Piraçanjuba, Professor Jamil, Morrinhos, Catalão, Campo Alegre de Goiás, Três Ranchos, Nova Aurora, Ouidor e Pirenópolis.



Acervo ETSUS GO

ETIS traça perfil para área de álcool e drogas

Acervo ETIS

A Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS) promoveu, no dia 25 de abril, o primeiro de uma série de encontros regionais para discutir o tema a formação do profissional técnico atuante na atenção ao uso prejudicial de álcool e outras drogas. Partindo da escuta de profissionais dos serviços de municípios de todo o estado, a escola pretende qualificar a demanda, mapeando se há demanda pelo curso Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos ou por especialização pós-técnica da área. "A segunda opção foi a mais indicada, pois esse técnico já conheceria a dinâmica do serviço e estaria qualificado em menos tempo. Essa é uma preocupação porque a demanda é grande e imediata", explicou a coordenadora do evento, Maria Gilda de Oliveira.

Controle social no Acre

Alunos do curso Técnico em Saúde Bucal da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre) puderam ver na prática o que aprenderam sobre controle social. No dia 20 de maio, 23 estudantes foram ao bairro Calafate, em Rio Branco, assistir aos debates preparatórios para a 7ª Conferência Municipal de Saúde, que acontece entre 13 e 15 de julho. Tendo como eixo orientador o tema 'SUS: Saúde de todos para todos', a comunidade elaborou propostas sobre acesso e acolhimento com qualidade. A atividade aconteceu graças ao interesse da aluna Francisca Saraiva. Moradora do bairro, ela foi informada sobre a realização da pré-conferência e trouxe o convite para a turma, que tinha estudado a Lei 8.142/90, que enfatiza a participação social da comunidade em geral na elaboração de políticas públicas de saúde. Em seguida, o mediador Flávio Ikuma planejou a dispersão, que foi seguida de debate em sala.

Números do Pacto da Mortalidade Infantil na Paraíba

No âmbito das ações do Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil Nordeste e Amazônia Legal, o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba já qualificou 1.469 agentes comunitários de saúde e 454 técnicos de enfermagem – destes, 350 atuam em equipes da Estratégia de Saúde da Família e 104 em maternidades. Os profissionais atuam nos 21 municípios considerados prioritários no estado, de acordo com índices elencados pelo Ministério da Saúde. Este ano, a escola planeja construir um módulo específico para os trabalhadores de nível técnico que atuam em unidades de tratamento intensivo neonatais e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Norte**Acre**

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha
(81) 3227-2716 / 3226-7330
escoladesaude.educacao@ac.gov.br
www.idep.ac.gov.br

Amapá

Centro de Educação Profissional
Graziela Reis de Souza
(96) 3212-5175
grazielareis2010@bol.com.br

Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira
Sanitarista Francisca Saavedra
(92) 3214-3061
etsus_saavedra@yahoo.com.br
www.cetam.am.gov.br

Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres
(91) 3202-9300 / 9301
etsuspa@gmail.com
www.sespa.pa.gov.br/etsus

Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional
na Área de Saúde de Rondônia
(69) 3216-7307
cetas.ro@gmail.com
www.cetas.ro.gov.br

Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima
(95) 3224-0510 / 1519
etsus_rr@hotmail.com
www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

Tocantins

Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes
(63) 3218-6280 / 6277 / 6281 / 1717
etsus@saude.to.gov.br
www.etsus.to.gov.br

Nordeste**Alagoas**

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
(82) 3315-3403
etsal@etsal.com.br
www.etsal.com.br

Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde
Prof. Jorge Novis
(71) 3357-0810 / 0811 / fax: 3276-6738
sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efts

Ceará

Escola de Saúde Pública do Ceará
(85) 3101-1401 / 1403
esp@esp.ce.gov.br
www.esp.ce.gov.br

Maranhão

Escola Técnica do SUS
Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva
(98) 3221-5547 / 9137-6220
etsusma@hotmail.com

Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos
(83) 3218-7763 / 7764 / 7765
diretorcefor@saude.pb.gov.br

Pernambuco

Escola de Saúde Pública de Pernambuco
(81) 3181-6090
esppe2009@gmail.com
www.saude.pe.gov.br

Piauí

Centro Estadual de Educação Profissional em
Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez
(86) 3216-6406
etsus.piceeps@gmail.com

Rio Grande do Norte

Centro de Formação de Pessoal para os
Serviços de Saúde Dr Manoel da Costa Souza
(84) 3232-3679 / 7628
cefope@rn.gov.br
www.cefope.rn.gov.br

Sergipe

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe
(79) 3211-5005
etsus@funesa.se.gov.br

Centro-Oeste**Distrito Federal**

Escola Técnica de Saúde de Brasília
(61) 3325-4944 / 3327-3914
etesb.fepecs@saude.df.gov.br ou
etesb.fepecs@yahoo.com.br
www.etesb.fepecs.edu.br

Goiás

Centro de Educação Profissional de Saúde da
Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás
Cândido Santiago
(62) 3201-3425
cepsaudees@gmail.com
www.saude.go.gov.br

Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado
do Mato Grosso
(65) 3613- 2324
dgesp@ses.mt.gov.br
www.saude.mt.gov.br/portal/escola

Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS
Profª Ena de Araújo Galvão
(67) 3345- 8055 / 8056
etsus@saude.ms.gov.br

Sudeste**Espírito Santo**

Núcleo de Educação e Formação
em Saúde da SES
(27) 3325-3573 / 3137-2414
nfs.dir@saude.es.gov.br

Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado
de Minas Gerais
(31) 3295-5090 / 6772 / 3829
diretoria@esp.mg.gov.br ou
diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

Centro de Educação Profissional e Tecnológica /
Escola Técnica de Saúde - Unimontes
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592
ets@unimontes.br
www.unimontes.br

Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde
Enfermeira Izabel dos Santos
(21) 2334-7274 / 7272 / 7268 / fax: 7264
etis@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(21) 3865-9797
epsjv@fiocruz.br
www.epsjv.fiocruz.br

São Paulo

Centro Formador de Pessoal para a Saúde
de São Paulo
(11) 5575-0510 / 0053
ceforetsus-sp@saude.sp.gov.br

Centro de Formação de Recursos Humanos
para o SUS de Araraquara
(16) 3335-7545
cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para
a Saúde de Assis
(18) 3302-2226 / 2216
drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde
de Franco da Rocha
(11) 4449-5111 / 4243 / 4399
chj-cefor@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área
da Saúde de Osasco
(11) 3681-3994 / fax: 3699-1916
cefor-osasco@saude.sp.gov.br

Centro Formador de RH de Pessoal de Nível
Médio para a Saúde de Pariqueira-Açú
(13) 3856-2362 / 9716
ceforh@consaude.org.br ou
ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

Escola Técnica do Sistema Único de Saúde
de São Paulo
(11) 3846-4569 / 1134
ceforetsus@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/
saude/centro_formacao_rhr

Sul**Paraná**

Centro Formador de RH Caetano
Munhoz da Rocha
(41) 3342-2293
cenforpr@sesa.pr.gov.br
www.saude.pr.gov.br

Rio Grande do Sul

Escola Estadual de Educação Profissional em
Saúde do Estado d Rio Grande do Sul
(51) 3901-1508 / 1494 / 1475
etsus@saude.rs.gov.br

Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde
(48) 3246-6670 / 3343-8414
direcaoefos@saude.sc.gov.br
http://efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de Saúde
Blumenau
(47) 3322-4271 / fax: 3326-7422
etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br



A Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS aderiu ao Twitter. Acompanhe as novidades do site e da revista agora também pelo microblog. Links para notícias, entrevistas, eventos e muito mais para você ficar por dentro do que acontece na Rede!

Acesse o endereço www.twitter.com/RET_SUS

Para receber o Boletim RET-SUS, cadastre-se no site www.retsus.fiocruz.br/boletim

